ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA
PETIÇÃO N.º 402/XIII/3.ª

XIII LEGISLATURA
3.ª Sessão Legislativa

Dia:14 de Fevereiro 2018
Hora: 17h50
Sala: 10

Entidade: Ordem dos Engenheiros: Engenheiro Carlos Mineiro Aires (Bastonário), Engenheiro Carlos Loureiro (Vice-Presidente) e Engenheiro Ricardo Leão.

Assunto: Petição 402/XIII – Solicitam a adoção de medidas com vista a garantir o direito ao trabalho, à profissão e à defesa dos direitos adquiridos dos Agentes técnicos de arquitetura e engenharia.

Deputados presentes: Relator Ricardo Bexiga (PS), Joel Sá (PSD) e Heitor de Sousa (BE).

- Engenheiro Carlos Mineiro Aires, Bastonário da Ordem dos Engenheiros – apresentou, no essencial e nos seus termos, a posição da Ordem dos Engenheiros, entregando documento, em anexo. Não se pronunciam quanto à gestão, coordenação e fiscalização de obras.

- Engenheiro Ricardo Leão – recordou caso apresentado há mais de 2 anos, que gerou a Recomendação do Provedor de Justiça, e que não se confunde com estes direitos adquiridos dos ATAEs.

Usaram da palavra os Senhores Deputados:

- Deputado Joel Sá (PSD) – cumprimentando os representantes da Ordem dos Engenheiros, sublinhou que o PSD tem posição conhecida, com o Projeto de Lei apresentado para dar cumprimento à Recomendação do Provedor de Justiça e à Diretiva comunitária.

- Deputado Heitor de Sousa (BE) – cumprimentou e enquadrou a audição na petição, e recordou que várias petições entraram desde há 2 anos.

Perspetivou a votação próxima das iniciativas pendentes na Comissão e eventuais posições diferentes.
Considerou importante saber se, no entender da Ordem dos Engenheiros, a reclamação do direito à profissão e dos direitos adquiridos dos ATAEs se faz estendendo a recuperação dos direitos adquiridos a todos os 450 profissionais, e saber se falta acolhimento de cursos existentes com do DL 73/73, desatualizado com as licenciaturas desenvolvidas, e se é necessário haver acolhimento para estes profissionais, sublinhando a razoabilidade da reclamação do direito ao trabalho.

Em resposta, interveio o Engenheiro Carlos Mineiro Aires, Bastonário da Ordem dos Engenheiros:
- nunca aceitarão que sejam impedidos no exercício da profissão aqueles já a vinham exercendo e concordam que continuem práticas já exercidas;
- aludiu aos Arquitetos que foram autorizados a invadir áreas da Engenharia sem competências: gestão, coordenação e inspeção de obras, etc., tudo atos para que a Ordem dos Engenheiros não reconhece competências;
- considerou que houve falta de cuidado na definição das áreas próprias das profissões, exemplificando, citando o problema da recuperação de edifícios e dos sismos, em que falta competência para definir as condições dos edifícios, explicando, e notando que os Engenheiros foram afastados destas atividades e que falta enquadramento regulatório mais exigente;
- quanto à falta de enquadramento técnico profissional para os cursos intermédios, considerou que foi erro desinvestir na formação intermédia de técnicos, explicando, e que se houver solução legislativa para esta situação estariam totalmente de acordo.

O Deputado Relator Ricardo Bexiga (PS) perguntou se a Ordem dos Engenheiros irá pronunciar-se sobre as soluções do DL 40/2015.

Em resposta, interveio o Engenheiro Carlos Mineiro Aires, Bastonário da Ordem dos Engenheiros:
- a Ordem dos Engenheiros pensa que vale a pena pronunciar-se sobre o todo e não só sobre partes da legislação, explicando e referindo o RGEU;
- considerou prioritário começar a fazer de raíz o código da construção, criticando a situação dispersa da legislação existente;
- referiu a falta de Engenheiros florestais porque ninguém os quis , nos últimos anos;
- salientou a importância pública dos Engenheiros perante várias situações de desproteção dos consumidores e perante várias lacunas existentes.

O Engenheiro Ricardo Leão referindo-se aos ATAEs notou a sua exclusão perante a situação dos condutores de obra, que podem ser diretores técnicos, explicando.

Concluiu o Deputado Relator Ricardo Bexiga (PS), que agradeceu os esclarecimentos da Ordem dos Engenheiros e perspetivou, no dia 22 de Fevereiro, a conclusão das petições e a votação na especialidade de todas as iniciativas pendentes na Assembleia da República.

Anexo: documento entregue.

Palácio de São Bento, em 16 de Fevereiro de 2018

O Assessor da Comissão

(António Fontes)